

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CAMARA

PROCESSO N° : 10845-012573/92.71
SESSÃO DE : 23 de julho de 1996
ACÓRDÃO N° : 302-33.368
RECURSO N° : 117.352
RECORRENTE : ITT AUTOMOTIVE DO BRASIL INDÚSTRIA E
COMÉRCIO LTDA
RECORRIDA : ALF-PORTO DE SANTOS/SP

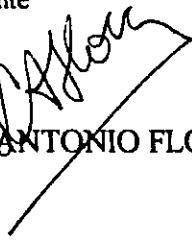
Processo Administrativo. É nula a decisão que não aprecia matérias impugnadas tempestivamente, com base em intempestividade de impugnação de posterior agravamento da exigência inicial

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em anular a decisão "a quo" para que a nova seja proferida, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 23 de julho de 1996

ELIZABETH EMÍLIO DE MORAES CHIEREGATTO
Presidente


LUIS ANTONIO FLORA
Relator


Procurador da Fazenda Nacional

VISTA EM 10 OUT 1996

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros :PAULO ROBERTO CUCA ANTUNES, HENRIQUE PRADO MEGDA e ANTENOR DE BARROS LEITE FILHO. Ausentes os Conselheiros: UBALDO CAMPOLLO NETO, ELIZABETH MARIA VIOLATTO e RICARDO LUZ DE BARROS BARRETO. Fez sustentação oral o Advogado Dr. GERALDO FIGUEIREDO DE CARVALHO GAMA OAB-SP/38911.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SEGUNDA CÂMARA**

Recurso: 117.352

Acórdão: 302-33.368

Recorrente: ITT Automotive do Brasil Indústria e Comércio Ltda.

Recorrida: Alf./Porto de Santos/SP

Relator: Luis Antonio Flora

Relatório

Contra a contribuinte acima identificada foi lavrado Auto de Infração para exigir crédito fiscal relativo aos Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados, além da multa de que trata o artigo 4º, inciso I, da Lei 8.218/91.

Tal exigência decorre do fato de que a mesma teria importado mercadorias do exterior, através das DI's 18683 e 18684, ambas registradas em 07/05/92, requerendo, porém, benefício fiscal indevido, ou seja, redução dos impostos citados, uma vez que não houve comprovação e/ou autorização da Comissão Befiex para a importação de material usado.

Não concordando com a autuação, a contribuinte observando o prazo legal que lhe assiste, impugnou o feito, esclarecendo que, anteriormente ao registro das DI's citadas, pleiteou junto à Comissão Befiex transferência de valores já aprovados para importação de máquinas novas para máquinas usadas, o que foi acolhido e homologado por Certificado Aditivo juntado aos autos (fls. 109/110). Por tal razão requereu a insubsistência do Auto de Infração.

Encaminhados os autos para apreciação do AFTN autuante, o mesmo acatou parcialmente as alegações da autuada, no que diz respeito à DI 18683/92, mantendo-se, outrossim, o Auto de Infração no relativo à DI 18684/92 (GI 0340-91/000028-8), dada a inexisteça de qualquer aditivo a ela referente.

Ocorre, porém, que após a informação acima, outra repartição fiscal, ao analisar a documentação juntada, constatou que no quadro 24 da DI 18683/92, a qual foi opinada pela exclusão da autuação, foi aposto exigência para que a importadora apresentasse documento de liberação de carga ("waiver"), para o reconhecimento da redução pleiteada. Diante disso, foi proposto o envio do processo, novamente, ao autor do feito para as considerações necessárias, o qual, lavrou re-ratificação do Auto de Infração, para exigir os Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados, acrescido da multa prevista no artigo 4º, inciso I, da Lei 8.218/91.

Recurso: 117.352

Acórdão: 302-33.368

Devidamente intimada do fato acima mencionado, a autuada ofereceu nova impugnação, fazendo ressaltar que, a obrigatoriedade do transporte em navio de bandeira brasileira não se aplica ao caso uma vez que o reconhecimento do benefício foi concedido pelo Programa Befix, sem mencionar que as mercadorias foram nacionalizadas após regime de admissão temporária.

Além do mais, aproveitou a nova impugnação para esclarecer que, no tocante a DI 18684, da qual foi tida como não amparada pelo Befix, uma vez que a correspondente GI não coincidia com a declarada, a Cacex preferiu emitir uma nova GI a qual teve aditivo averbado pela Divisão de Programas Befix.

Em nova manifestação, o AFTN autuante manteve integralmente a ação fiscal proposta com relação ao crédito tributário da DI 18683, uma vez que não foi apresentado o respectivo "waiver" e, quanto à DI 18684, sugeriu diligência à SECEX-DTIC para esclarecer se tal órgão emitiu efetivamente a nova guia em substituição à anteriormente mencionada ou se foi expedida para operação independente.

Em resposta à diligência solicitada, a SECEX informou que tal GI, declarada na DI 18683, não foi cancelada e, seu prazo de validade para embarque expirou-se em 13/07/91.

Outra vez encaminhado o processo para o AFTN autuante, o mesmo procedeu retificação ao Auto de Infração original, incluindo a multa de tratar o inciso II, do artigo 526 do Regulamento Aduaneiro, alegando que não foi apresentada a GI específica para nacionalização, por ocasião do registro da correspondente DI.

Dessa retificação, foi expedida notificação para ciência da autuada, cujo recebimento consta como ocorrido em 16/09/94 (fls. 198). Às fls. 199 foi lavrado Termo de Revelia, datado de 19/10/94.

Nessa mesma data, ou seja, 19/10/94, foi protocolada impugnação da autuada relativa à retificação acima mencionada, fazendo ressaltar sua improcedência, visto que no seu entendimento a punição não é aplicável nos casos de admissão temporária.

Uma vez cumprida as formalidades de praxe, a ilustre autoridade julgadora "a quo", acatando o relatório de fls. 204/206, julgou procedente a ação fiscal, cuja ementa contém o seguinte teor: "Impugnação Intempestiva. Não se toma conhecimento da impugnação apresentada fora do prazo legal (art. 15, Decreto 70.235/72)".

Cientificada e irresignada com o teor da decisão supra referida, a autuada apresentou, dentro do prazo legal, recurso voluntário a este Conselho, avocando em prol de sua defesa os termos do § 3º do artigo 18, do Decreto 70.235/72, para ao final

Recurso: 117.352

Acórdão: 302-33.368

requerer a anulação da intimação para pagamento ou impugnação do crédito fiscal exigido no auto de infração retificado em 10/08/94, expedindo-se nova intimação com referência expressa à matéria modificada, com agravamento da exigência fiscal, e a restrição da nova impugnação apenas ao valor do crédito agravado; e, anulação do termo de revelia, para ficar consignado no termo que a mesma se restringe à exigência agravada.

É o relatório.

Recurso : 117.352

Acórdão: 302-33.368

VOTO

Inicialmente cabe destacar que a Recorrente foi autuada e, ato contínuo, impugnou a exigência fiscal, conduta essa que, nos termos do artigo 14 do Decreto 70.235/72, faz por instaurar o litígio fiscal.

Além disso, após a apresentação da impugnação, a exigência fiscal foi, por duas vezes, agravada, sendo que, uma vez cumpridas as formalidades legais e de praxe, houve a interposição das respectivas impugnações.

Com relação à tempestividade das impugnações merece ser evidenciado que a duas primeiras foram efetivadas com plena guarda de prazo, enquanto que, a última, em princípio, aparenta intempestividade.

Sem maiores delongas, o fato é que a decisão recorrida deixou de analisar integralmente o processo em razão da intempestividade do último agravamento, fato esse que contraria os mais elementares princípios processuais, acarretando prejuízo a parte no que toca às autuações efetivamente impugnadas.

À vista do exposto voto no sentido de anular a decisão "a quo", eis que a mesma não se pronunciou sobre matérias impugnadas pela Recorrente, as quais deveriam ser objeto de apreciação e julgamento em primeiro grau de jurisdição. Assim, retornam os autos à repartição competente para que seja proferida nova decisão.

Sala da Sessões, em 23 de julho de 1996.

LUIS ANTONIO FLORA
Relator